

ANOTAÇÕES DE UM ALUNO INTERPELADO POR SEU MESTRE

NOTES FROM A STUDENT APOSTROPHIZE BY HIS MASTER

Juliano Araújo Carvalho¹

Resumo: O presente artigo compreende uma coletânea de conceitos e interpretações que marcaram a formação acadêmica de seu autor, notadamente durante a Pós-graduação em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia, no Curso de Mestrado, sob a orientação do Professor Doutor João Bosco Cabral dos Santos. Tais saberes caracterizam um lugar teórico, não o das ciências positivas e empiristas, mas o das ciências das humanidades, num paradigma que pode ser tomado por hermenêutico, heurístico e holístico.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Sujeito; Sentido.

Abstract: The present article includes a collection of concepts and interpretations that marked the academic formation of its author, notably during the Post-graduation in Linguistic Studies by the Federal University of Uberlândia, in the Master Course, under the guidance of Professor João Bosco Cabral dos Santos. Such knowledges characterize a theoretical place, not that of the positive and empiricist sciences, but of the sciences of the humanities, in a paradigm that can be taken as hermeneutic, heuristic and holistic.

Keywords: Discourse Analysis; Subject; Sense.

Considerações gerais sobre a teoria

Quando nos dispomos ao labor científico, faz-se necessário identificar muito bem de que lugar teórico estamos olhando para um dado objeto. Uma vez que diversos olhares podem incidir sobre o mesmo objeto, evidenciando formas variadas de compreensão/descrição/funcionamento e abstração em múltiplas explicações, convém sempre delimitar sob que perspectiva pretendemos conceber o estudo de um *corpus* e situar-lhe sob procedimentos de pesquisa em conformidade com o *ponto arquimediano*² que nos orienta o fazer científico.

Portanto, admitindo que nosso ponto de centralidade é “a busca pela natureza da significação dos sentidos”³, ressaltamos aqui nossa inscrição na Análise do Discurso de Linha Francesa, cujo principal expoente, Michel Pêcheux, compreende o cerne destas

¹ Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: julianocarvalho@gmail.com

² Compreendido como ponto de centralidade, ponto fundamental de uma base epistemológica. Conceito cunhado por Domingues (1999), in DOMINGUES, Ivan. O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas. 2ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1999.

³ Esta compreensão foi formulada por Santos (2004; 2009) ao ministrar a disciplina “Funcionamentos Discursivos”, no curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Uberlândia, no segundo semestre de 2010.

anotações teóricas. Em consonância a Pêcheux, constituem, também, este arrazoadado teórico as extensões epistemológicas da obra pecheutiana cunhadas por Santos (2009), no calor acadêmico do Laboratório de Estudos Polifônicos.

Posto isso, a despeito da ilusão de ser “a fonte do dizer” - mas crendo, também, que o (re)dizer sob outras condições inaugura, senão um novo, ao menos outro dizer, na dialética do “já-dito/jamais dito”-, passaremos às nossas reflexões. Não temos aqui a pretensão de criar outros conceitos, mas o desejo de fazer coro aos postulados teóricos que ensejam diversos gestos de interpretação.

O Discurso

Um dos termos que mais tem sido alvo de variadas definições é o “*discurso*”. Dentro da própria Linguística, os variados campos de estudo atribuem-lhe significações e sentidos múltiplos, em conformidade com suas conveniências epistemológicas. Interessa-nos, aqui, compreender o discurso sob uma perspectiva pecheutiana.

Considerando que

é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção. (PÊCHEUX, 1969/1997a, p. 79 – grifos do autor)

Somo chamados a convir que Pêcheux (1969/1997a) acentua de forma marcante a distinção entre discurso e texto. E pontua, ainda, a condição do texto definido por “uma sequência linguística”, o que denota que o discurso não pode ser tomado de tal maneira, forçando-nos a percebê-lo como algo que extrapola a materialidade linguística, como algo que excede em especialidade de sua natureza, em necessidades próprias para sua compreensão, os limites do linguístico.

Admitir o discurso como algo diferente daquilo que é “fechado em si mesmo” e possível de ser conjugado, contraposto, “referido” a outros discursos, induz-nos a perceber o discurso como algo não estanque, mas “em movimento”. E, para Pêcheux (1969/1997a), os “fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento”. (PÊCHEUX, 1969/1997a, p.

78). Assim compreendido, o discurso não é posto, mas algo que, a partir de uma materialidade linguística dada, funciona como efeito de sentidos.

Quanto à movimentação de tal funcionamento, podemos aludir “um discurso” dado a esse “conjunto de discursos possíveis” com os quais ele estabelece uma “necessária” relação de existência. Mas, por que estaria um discurso atrelado a outros discursos? Por que estaria nessa relação de referencialidade à possibilidade de se ler um discurso?

A resposta a tais indagações reside no fato de um discurso dever

ser remetido às *relações de sentido* nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta [...] Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima. (PÊCHEUX, 1969/1997a, p. 77 – grifo do autor)

O discurso, então, é condicionado a uma “ancestralidade” de discursos que lhe garantem, nas feições de eco, de réplica, de grito, de sussurro ou de outras formas, a existência – sempre fundada na relação sentidural do retornar de um já dito, sob outras condições.

Essas condições é que regulam, de certa forma, as possibilidades de leitura do discurso. São elas a conjuntura social, histórica e ideológica em que os discursos acontecem, sobre os trilhos da materialidade linguística, tomada enquanto evento enunciativo, ou seja, o acontecimento de uma enunciação que põe em funcionamento um dado discurso, sob determinadas condições de produção.

As condições de produção de um discurso compreendem a exterioridade do próprio discurso intervindo como índice determinador dos sentidos, uma vez que condiciona as relações do discurso com os outros discursos com os quais estabelece “relações de sentido”.

Dessa maneira, percebemos o discurso não apenas como um “fenômeno” de sentidos isolado, mas como sendo interligado a tantos outros discursos com os quais estabelece relação e passível de se relacionar ao infinito com tantos outros. É assim que se estabelece entre os discursos uma existência solidária, mesmo quando estejam tais discursos em relações de contradição, negação e ruptura uns com os outros.

Considerando a dimensão solidária, na qual os discursos atravessam-se – imiscuem-se, interpenetram-se, refutam-se, calam-se, enfim, (re)constroem-se para constituir existência -, e as condições de produção, é possível perceber que um texto, um dizer, não possui em si mesmo o seu sentido, mas que depende desses fatores, que depende do discurso, porque a ele serve como base material. E o discurso não é a transcrição literal dos significados ou dos sentidos postos pela sequência linguística. O discurso “implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B.” (PÊCHEUX, 1969/1997a, p. 82 – grifo do autor) Assim, compreendido como um efeito de sentido, o discurso chama outro conceito que nos cabe pontuar: o sujeito.

Mas antes, percebamos metaforicamente⁴ a noção de discurso. Tomemos por ilustração um cacho de uvas, apartemos dele uma uva, cuja casca, bagaço, sementes e licor fazem aqui a vez de materialidade linguística. Podemos considerá-la uma uva, pois ela por si mesma assim diz; podemos supor-lhe que tem o gosto de uva, na acepção genérica de uma uva qualquer. Mas, a uva não é apenas uma uva, ela é o devir da semente ou da estaca que lhe deu origem; ela é uma combinação dos elementos químicos, que formaram os sais que compunham a terra, que recebeu as águas, a qual portando esses sais lhe subiram os veios da videira mãe, que se banhou de sol e, pela força própria das coisas, gerou um cacho, que se cobriu de flores, das quais ela é o produto. Experimentemos a uva! Sintamos-lhe o sabor: eis o discurso, eis o efeito de sentido. Mas esse discurso não surgiu do nada, ele é fruto do discurso dos elementos químicos, da chuva, do sol, das mãos do agricultor. Ele é fruto do tempo, da terra e da maneira com que ela foi cultivada. Esse discurso é fruto de outros discursos, e das condições de produção.

Contudo, na maioria das vezes, toda essa composição é ignorada, como o é que o sabor da uva depende das nossas papilas gustativas, do nosso gosto ou não pelo fruto, de experiências que nos são próprias, de uma memória. Se, por ele, lembraremos de um sabor da infância ou de um dissabor orgânico. E isso evidencia que o efeito não se dá a esmo, mas por alguém. Há mais no dizer do que o linguístico assim como há mais na uva (e há mais no sabor). A uva pode não ser apenas a uva daquele momento, mas o

⁴ Esta metáfora inspirada em explicações dadas por Santos (2004; 2009) ao ministrar a disciplina “Funcionamentos Discursivos”, no curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Uberlândia, no segundo semestre de 2010.

néctar ou o vinho, do vir-a-ser, para brindar alegrias e apagar tristezas daqueles que dela se lembrarem ou nunca tomarem conhecimento. Assim, proliferam-se os discursos.

O Sujeito

E quem seriam os pontos A e B da colocação pecheutiana acima mencionada? Nossa memória faz, naturalmente, uma remissão imediata à situação de um diálogo, em que certos indivíduos se põem a comunicar com a intenção (mesmo que despreocupada e inconsciente) de se fazerem compreendidos, de dizerem algo e serem assimilado em suas intenções de dizer - o que não é uma operação tão fácil, quanto possa parecer, já que sabemos que na e apesar da materialidade linguística do enunciado funciona um discurso (ou vários).

Cabe-nos, então, refletir sobre a função/participação desse – a priori – indivíduo no funcionamento do discurso. Recorrendo a Pêcheux (1975/1997b), podemos reconhecer que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes.” (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 161 – grifos do autor)

Com isso, percebemos que todo indivíduo apesar de ser um “sempre-já sujeito” (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 155), uma vez que vive sob dada conjuntura ideológica, é, por vezes, arrebatado, pela ideologia, da condição de indivíduo à condição de sujeito. Sujeito de um discurso que se faz seu, discurso do qual ele se torna porta voz, fazendo com que uma força ideológica ganhe substância existencial na materialidade verbal, na materialidade linguística, pela (form)ação discursiva. Sujeito que faz renascer, reverberar, retornar “um já-dito”, sob a forma de “um jamais dito”, pela dimensão acontecimental do discurso.

Não queremos, com isso, afirmar que haja qualquer transmutação empírica, de natureza materialmente positiva, no sujeito empírico (no indivíduo), porque essa mudança de condição se verifica no plano discursivo, o qual grande parte dos sujeitos ignora. Mas, é essa inscrição ideológica, semi materializada (à maneira de um recorte sentidural e acontecimental da própria ideologia, considerada como algo fluido a permear a materialidade da realização languageira) nas formações discursivas, com as

quais os sujeito (des)identifica-se e nelas se inscreve, que confere ao sujeito uma existência histórica.

Nessa perspectiva, ideologia tem o caráter de algo “anterior” e “exterior” ao sujeito e, a seu despeito, impõe-lhe dadas condições de existência, regulando-o sob a forma do costumeiro, do habitual, do natural. Assim, “é a ideologia que através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser.” (PÊCHEUX, 1975/1997b, pp. 159-160)

Pêcheux & FUCHS (1975/1997a) apontam, ao nosso ver, a ideologia como uma força presente a determinar/a mover/a constituir a luta de classes. Esse conceito, de ascendência Althusseriana e elementar na compreensão do materialismo histórico, na luta Marxista, serve-nos aqui como algo realmente incisivo na constituição do sujeito. De um sujeito de classes, pois essa ideologia – tão determinante na constituição sujeitucional – incide diferentemente conforme os lugares sociais que os sujeitos ocupam, fazendo com que cada classe de sujeitos tenha, portanto, uma ideologia.

E por mais que o termo ideologia se nos remeta a noção de ideia, ela não existe no plano das ideias. Ideologia compreende algo que funciona na sociedade, nas classes, deixando essa dimensão abstrata para se materializar na concretude dos “hábitos”, dos “usos”, enfim, dos modos de vida, de resistência, de sobrevivência. Na língua(gem), ela faz ecoar o seu grito de comando social, ganhando, pela semi-materialidade das formações discursivas, uma materialidade linguística.

Assim,

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito); essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 163 – grifos do autor)

Portanto, se é reconhecível que um discurso não existe por si só e que ele é marcado pela presença fundadora do interdiscurso, é preciso reconhecer que sendo o discurso fruto de uma dada variedade de outros discursos, o sujeito discursivo também dessa forma se constitui. Sendo assim, ele não está inscrito apenas em uma formação discursiva, mas naquelas que compõem o seu discurso. Dessa forma, o ‘seu discurso’ reflete suas inscrições ideológicas/discursivas e, ao mesmo tempo, assevera sua

inscrição nessas dadas posições. Assim, ao dizer – mesmo que não o saiba - o sujeito se diz.

E tal identificação, supracitada, não está, na maioria das vezes, nos domínios da consciência. Revelá-la ou negá-la foge a qualquer tentativa de controle e escapa ao domínio próprio, porque a denúncia de tais sentidos é da ordem do inconsciente.

Para Pêcheux (1975/1997b),

o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjettivas’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’ (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 153 – grifos do autor)

Dessa maneira, podemos conceber que o sujeito do discurso é ‘duplamente afetado’, pela ideologia e pelo inconsciente. Sendo que se constitui no entrecruzamento dos discursos que lhe caracterizam o dizer, é quando enuncia que o sujeito se manifesta e oferece condições para ser analisado. Assim, é pela análise do discurso manifesto em seu dizer que um sujeito pode ser lido em seu ‘tecido’ constitutivo, ou seja, na malha formada pelos seus atravessamentos da qual ele emerge como uma forma-sujeito.

Torna-se, ainda, imperioso evidenciar que além do “um”, além do sujeito, há o outro “A e B”/ “B e A”. Ou melhor, que no “um” há o “outro”. Dessa forma, verifica-se que a existência do sujeito é, condicionalmente,

marcada pelo caráter da identificação imaginária onde o outro é um outro eu (‘outro’ com *o* minúsculo), e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo “Outro” com *O* maiúsculo.” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975/1997a, p.177 – grifos do autor)

Assim, é parte constitutiva do discurso do sujeito a presença do (O)outro, como elemento marcante e indissociável, que confere existência ao próprio sujeito. Por isso, num discurso, existe, sob a égide do sujeito, “a imagem que ele tem do outro, a imagem que ele acredita o outro ter dele e a imagem dele em relação ao outro”. É nesse jogo imaginário de representações que se aloja a presença do outro na fundação de um discurso. E ainda, a presença do *Outro* também se faz determinante, evidenciando o

funcionamento do inconsciente e a presença da interpelação ideológica – que confere ao sujeito empírico o caráter de sujeito discursivo.

Acontece ainda que o termo *o outro* acaba por figurar, genericamente, reportando-se a discursos outros, vozes outras, sujeitos outros, sentidos outros. Enfim, há uma gama de “outricidades” - que podem estar na ordem da exterioridade do sujeito ou do discurso e/ou na da interioridade que escapa ao próprio sujeito – funcionando num discurso, podendo nele se constituir objeto de análise.

Para Pêcheux & Fuchs (1975/1997a), o sujeito existe sob a determinação de dois esquecimentos, que acabam por determinar “a relação entre a condição de existência (não-subjetiva) da ilusão subjetiva e as formas subjetivas de sua realização.” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975/1997a, p.177 – grifo do autor) Tais esquecimentos podem ser assim explicitados: i) o esquecimento nº 1 é caracterizado pela “*inacessibilidade, para o locutor-sujeito, aos processos que constituem os discursos transversos e os pré-construídos de seu próprio discurso.*” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975/1997a, p.231 – grifo do autor) Enquanto o esquecimento nº 2 remete à ilusão de “identificar aí a fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito (‘eu sei o que eu digo’, ‘eu sei do que eu falo’)” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975/1997a, p.176 – grifos do autor).

De outra maneira, o sujeito funciona no discurso sob duas ilusões que lhe caracterizam. A primeira é a de acreditar-se ‘causa primária’ do dizer, fonte original que dá luz a um “jamais-dito”. E a segunda, na qual o sujeito acredita controlar os sentidos do que diz, julgando o crivo de sua intencionalidade/consciência bastar para tanto. Assim, o sujeito - acreditando-se “dono e senhor” de seu dizer - enuncia. E, por isso, os sentidos de um discurso estão dados bem antes e alcançam bem além das significações imediatas da materialidade linguística.

Resta-nos, agora, no tocante à noção de sujeito, na concepção pecheutiana, identificá-lo em sua existência no discurso - abstraído da condição de sujeito empírico e elevado à condição de ‘agente ideológico’. Assim, é nessa condição que ele funciona no discurso e se configura sob uma “forma-sujeito”. Para uma melhor compreensão, convém esclarecer que

a expressão forma-sujeito é introduzida por L. Althusser (‘Resposta a John Lewis’, op. cit. p. 67): Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de

fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais. PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 183 – grifos do autor, em nota de rodapé)

Isso posto, podemos perceber que a forma-sujeito compreende uma projeção do sujeito na dimensão do discurso, na qual ele desempenha um papel de articulador involuntário dos fatores que o constituem (e aos discurso). Essa projeção sujeitucional, marcada pela presença indelével do outro e pelo jogo entre a interioridade e a exterioridade, vem balizar o estabelecimento provisório dos sentidos, que com ela se colocam em relação de alteridade.

Essa corporificação de uma forma-sujeito é possível pela conjugação de três elementos do plano sujeitucional: posição-sujeito; lugar social; e, lugar discursivo.

Para compreendermos a noção de posição-sujeito, recorremos a Pêcheux (1975/1997b) quando afirma que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 160)

Diante de tais considerações, e tomando por empréstimo o entendimento de Figueira (2007, p. 38), há um espaço aberto para que alguém diga. Ou melhor, há, no campo do dizer, um lugar de vacância, que, quando ocupado, inscreve esse dizer numa formação discursiva tal, que por sua vez reflete uma postura ideológica. Esse lugar, na formação discursiva, é o espaço do “sujeito”, de sua posição ideológica. É o espaço do “como” esse sujeito significa. Ao ser ocupado, materializa um potencial enunciativo de consequências ideológicas para a instauração dos efeitos de sentidos. “A posição-sujeito, portanto, vem a ser o correspondente no nível discursivo do posicionamento ideológico.” (FIGUEIRA, 2007, p.38)

Reportemo-nos agora às “condições materiais de existência dos homens [que] determinam as formas de sua consciência, sem que as duas jamais coincidam”. (PÊCHEUX, 1975/1997b, p.295) Considerando tais condições, compreenderemos o “lugar social”. E, esse lugar diz das condições desse sujeito que é alçado à categoria de discursivo. É uma remissão à sua condição social empírica. É do lugar na classe que o lugar social trata. Como ilustração: aquele que enuncia é patrão ou empregado? É rico ou pobre? Dominado ou dominador?

Já o lugar discursivo diz da mentalidade que esse sujeito tem. Diz como ele se posiciona diante daquilo que ele “é” na classe. Por exemplo: Como se porta diante da condição de empregado? Com submissão ou com revolta? Com conformismo ou com desejo de justiça? Assim, pela possibilidade de se estar discursivamente onde não se está socialmente, empiricamente, é que o lugar social e o lugar discursivo não coincidem. E que “é impossível atribuir a *cada classe sua ideologia*”. (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 144 – grifo do autor)

Portanto, a forma-sujeito emerge no discurso por um posicionamento no espaço a ser ocupado na formação discursiva - posição-sujeito-, sob a conjuntura de relações entre o lugar social e o lugar discursivo.

Para que se nos afigure uma representação do que vem a ser a forma-sujeito, imaginemos, pois, a tela de um programa de computação gráfica. O fundo da tela está branco, mas sobre essa “página” branca, estão dispostas linhas multicoloridas, de variadas espessuras, nas direções horizontais e verticais, guardando umas das outras distâncias bem variadas, formando uma espécie de quadriculado/xadrez. A página branca corresponde à materialidade linguística, que, por si só, tem significados limitados. Já as linhas ilustram, aqui, as múltiplas forças que incidem no acontecimento discursivo, no momento de uma enunciação. São elas: os pré-construídos, os discursos anteriores, a exterioridade, as condições de produção, a ideologia, o inconsciente, os tantos outros que se fazem vozes a matizar o discurso. Contudo, o discurso além de heterogêneo, não é estanque, está sempre em funcionamento. Assim, do fundo da página branca emerge, em relevo, na tri(multi)dimensionalidade, uma projeção humana (apenas para que nos seja familiar – porque poderia ser outra figura). Essa forma que se ergue, como que presa numa rede, é a forma-sujeito, que se move, tencionando as linhas que lhe configuram os contornos, dando expressão e sentidos. Ou, ao menos, um efeito de existência, um efeito de sujeito.

Dessa imagem apreendemos uma forma-sujeito marcada por um sem número de divisões, de traços, que ilustram a característica do sujeito de ser clivado, fragmentado, em diversos planos, por diversas direções (não apenas na horizontalidade ou verticalidade, acima sugeridas), que o marcam numa descontinuidade. Talvez se nos afigurasse melhor, para assim ilustrar, as gravuras feitas a bico-de-pena, nas quais as imagens formam-se por traços descontínuos, múltiplos e diferentes.

Esse é o sujeito discursivo, constituído pelos (O)outros, interpelado pela ideologia, marcado pelo inconsciente, determinado pelas condições de produção. O sujeito heterogêneo, clivado, descontínuo, contraditório...

Instância Enunciativa Sujeitucional - IES

A partir da noção pecheutiana de sujeito - principalmente no que remete ao “lugar discursivo”-, podemos verificar a ocorrência de um movimento além, um avanço teórico, uma compreensão mais acuidada do funcionamento do “sujeito”, com a extensão teórico-epistemológica de SANTOS (2009), quando concebe a “Instância Enunciativa Sujeitucional”.

Uma vez que a forma-sujeito não é algo estanque, mas que se movimenta conforme se lhe tencionam, cruzam, contornam, (de)formam os fios constitutivos, podemos observar que ocorre uma “alteridade de instâncias sujeito no interior do processo enunciativo.” (SANTOS, 2009, p.83) Ou seja, as movimentações que a forma-sujeito desenvolve na tessitura discursiva - em função de um “assujeitamento, de uma interpelação e de uma interdiscursividade” (SANTOS, 2009, p. 86) – permitem reconhecê-la em seu caráter dinâmico. Dessa forma, a Instância Enunciativa Sujeitucional, a partir de agora IES, “se configura nessa simultaneidade de lugares, em contínua alteridade e descontínua interpelação, enquanto movimentações desse sujeito do discurso no interior de uma formação discursiva.” (SANTOS, 2009, p. 99)

Conforme pondera Santos (2009), o assujeitamento deve ser compreendido aqui como algo “da ordem de um integrar-se, de um aderir-se, de um fundar-se aos e nos espaços constituintes, constitutivos e constituídos de uma realização linguageira na condição de *elemento tornado sujeito*. (SANTOS, 2009, p. 86) Tomamos com isso que um sujeito empírico quando tornado sujeito, “pela via da interpelação pela clivagem”, sofre um assujeitamento, é elevado à condição de sujeito no discurso. Assim, também, ao mover-se no interior de uma formação discursiva, ele acaba por assujeitar-se em outros posicionamentos, em outros lugares, conforme sua (des)identificação com tais ou quais lugares e posicionamentos.

Isso nos permite compreender que

Quando um sujeito ocupa uma posição de lugar discursivo, lugar social ou ambos, em alteridade, ele instaurará um processo de identificação e desidentificação desses e nesses lugares. [e que] Essa inserção posicional de natureza interpelativo-ideológico-heterotópica o transforma em instância enunciativa sujeitunal. (SANTOS, 2009, p. 85)

A respeito desses (re)posicionamentos (des)identificatórios, Santos (2009) fundamenta a noção de “manifestações-sujeito”, descrevendo-as como

uma alteridade heterogênea de constituição de uma instância sujeito que poderia ser um sujeito empírico que se discursiviza, uma forma sujeito que se transpõe, um sujeito do discurso ou sujeito discursivo que se desloca, um lugar social que se move no interior da enunciação, ou ainda, um lugar discursivo que se heterotopiza na tomada de posição em um atravessamento discursivo. (SANTOS, 2009, p. 87)

Dessa forma, entendemos que as manifestações-sujeito indicam os movimentos descritos pela IES, nas intermitentes órbitas de suas evoluções no interior do acontecimento discursivo.

Cabe-nos, por fim, tratar dos processos que marcam a IES no funcionamento discursivo. Ainda no berço do conceito, em Santos (2009), vamos identificar intervindo na constituição da IES: a legitimação; a captação pela ideologia; a influência da interpelação; e, a regulação pela enunciação.

A respeito da legitimação, percebe-se que “ela revela o *status* institucional desse sujeito e representa uma instância enunciativa de *poder dizer*”. (SANTOS, 2009, p. 88) Nesse aspecto, ela vai dar conta da “tomada de posição” pela qual o sujeito se inscreve numa dada formação discursiva, levando em conta “as relações de poder que o interpelam” (SANTOS, 2009, p. 88) e asseverando o seu papel social.

Quanto à captação pela ideologia, podemos observar uma alusão às “características concernentes aos aspectos particulares do sujeito” (SANTOS, 2009, p. 89). O que nos remete, principalmente, à referencialidade polifônica desse sujeito e à sua clivagem dos e pelos sentidos. Essas características subjetivas serão postas em alteridade com a exterioridade, pela interpelação no funcionamento discursivo. Essa interpelação exerce uma influência, que deriva de “um entrecruzamento discursivo que se opera entre a referencialidade polifônica e um processo de atravessamentos por interdiscursividade”. (SANTOS, 2009, p. 91)

Por fim,

O princípio de regulação determina as condições pelas quais as manifestações-sujeito são interpeladas e se reconhecem na constitutividade enunciativa da realização linguageira. Trata-se de traços indicadores do nível de conflito, do encadeamento de controvérsias discursivas e de oscilações de assimetria no processo discursivo. (SANTOS, 2009, p. 93)

Com essas considerações, percebe-se que a noção de IES é fundamental, pois faculta a possibilidade de se investigar os movimentos da forma-sujeito, na descontinuidade e heterogeneidade que lhe são inerentes, em processos de identificação e desidentificação com os sentidos e as formações discursivas.

O Sentido

Sabemos que os sentidos não se encontram evidentes na materialidade linguística, mas que a extrapolam por relações de anterioridade (remetendo à ancestralidade dos discursos) e posteridade (observado o sentido enquanto um devir), exterioridade (remetendo às condições de produção e à ideologia) e interioridade (pela presença do interdiscurso). Não nos sendo lícito conceber que essa interioridade ao menos sugira uma espécie de “imanência” dos sentidos, posto que não é isso, pois os sentidos guardam relação de dependência direta com a dimensão de acontecimento do discurso.

Dessa forma, “estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido.” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975/1997a, p.176 – grifo dos autores) Assim, ao enunciarmos, não conseguimos - como por vezes acreditamos - controlar os sentidos de nosso dizer, uma vez que “‘a enunciação’ equivale pois a colocar fronteiras entre o que é ‘selecionado’ e tornado preciso aos poucos (através do que constitui o ‘universo do discurso’), e o que é rejeitado”. (PÊCHEUX & FUCHS, 1975/1997a, p.172 – grifo dos autores)

Essa impossibilidade de regular os sentidos do próprio dizer não compreende uma deficiência na “seleção”/ “rejeição” dos elementos linguísticos trazidos à tona. Mas, remete ao fato de que os sentidos estão para além do linguístico, apesar de

materializados nele. Os sentidos são dados pela conjuntura de fatores que compõem o discurso, numa relação de descontínua alteridade dos sentidos com o sujeito.

Existe, portanto, na constituição dos sentidos, a participação daquele que tenta “regular” o seu dizer e que capturado, interpelado, pela ideologia é constituído enquanto sujeito, passando, por sua clivagem, a produzir sentidos. E, por conseguinte, tais sentidos passam a constituir o sujeito, conferindo-lhe existência. Com isso, podemos perceber que a descontínua alteridade sujeito/sentido-sentido/sujeito é condição elementar para que a manifestação discursiva produza algum discurso.

Um discurso compreendido, conforme descrevemos acima, como um efeito, uma imagem, uma ilusão de sentidos. Efeito, porque o discurso não é estanque, é da ordem do acontecimento. O que implica ainda numa singularidade, já que funciona em dadas condições, marcadas pela irrepetibilidade.

Assim, “o ‘sentido’ de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)”. (PÊCHEUX & FUCHS, 1975/1997a, p.169 – grifo dos autores) O que nos permite afirmar que o sentido - além de estar na relação de descontínua alteridade com o sujeito - está para a ordem dos acontecimentos, dos efeitos, que se manifestam segundo a presença de tais ou quais formações discursivas.

Formação Ideológica, Formação Discursiva e Formação Imaginária

Para Pêcheux e Fuchs (1975/1997b), formação ideológica identifica

um elemento (este espaço de luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX & FUCHS, 1975/1997, p.166 – grifos do autor)

Dessa maneira, é no espaço da “classe” - fugindo à possibilidade de ser universal ou individual - que uma formação ideológica pode ser apreendida. Assim como a ideologia, em sentido mais amplo, a formação ideológica não existe apenas como um

processo mental, mas se materializa na prática de uma determinada classe de pessoas. É uma mentalidade implícita, tácita e característica de um grupo de sujeitos, mas que se explicita e evidencia na ação, no modo de vida desses sujeitos.

Depreende-se que se a formação ideológica é inerente à “classe”, devemos conceber, em função da multiplicidade de classes, uma consequente multiplicidade de formações ideológicas, as quais estão, ainda, condicionadas por outra variável, que as multiplica, ou, no mínimo, sugere um movimento de mudanças, de variações, (trans)formações: o tempo. Quando Pêcheux (1975/1997b) refere-se a “um dado momento”, ele coloca em xeque os limites de influência, de força e de existência das formações ideológicas.

Ainda a respeito das formações ideológicas, faz-se relevante registrar seu caráter de conflito, de contradição, de luta. Esse caráter é o que movimenta as classes no embate umas com as outras. Dessa maneira, o combate ideológico pode ser verificado entre as formações ideológicas ou, mesmo, no interior de uma formação dada, observada sincrônica ou diacronicamente.

Já a “*formação discursiva* [compreende] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”. (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 160. – grifos do autor) Seguindo, daí, o pensamento pecheutiano, vamos compreender a formação discursiva como uma semi-materialização da(s) formação(ões) ideológica(s), a preservar-lhes as características essenciais. Fazendo, portanto, que a formação discursiva se lhe assegure o crivo dos sentidos, regulando o que é permitido e conveniente ocorrer em seu interior.

É pela natureza dos enunciados – compreendidos como a materialização das formações discursivas e, por conseguinte, dos posicionamentos ideológicos - tomados em sua dimensão discursiva, que podemos observar-lhes as inscrições características, a denunciarem-nos como pertencentes a determinadas formações discursivas.

Tendo em vista que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 162. – grifos do autor), podemos perceber que é no interior das formações discursivas que vamos encontrar as incidências dessas formações ideológicas, manifestas, semi-materialmente,

noutras formações discursivas. E, já que a “ideologia em geral permite pensar ‘o homem’ como ‘animal ideológico’” (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 152), é na condição de ‘animal ideológico’ que este homem interpelado em sujeito, ocupará uma posição-sujeito numa dada formação discursiva. E assim estabelecerá relações de sentido, permitidas ou censuradas, convenientes ou não, em tal formação discursiva.

Para compreendermos, por fim, a noção de formação imaginária, recorreremos a Pêcheux (1969/1997), quando elucida que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (PÊCHEUX, 1969/1997a, p. 82. – grifos do autor)

Assim sendo, podemos conceber que é pelas determinações do inconsciente, pela interpelação ideológica, por nossa inscrição em dados lugares discursivos, e, ainda, à revelia da consciência de tudo isso, ignorando mesmo todo esse funcionamento, que na naturalidade de viver e perceber o mundo do “nosso jeito”, instauram-se as formações imaginárias. Vamos compreender, então, que as formações imaginárias, mesmo podendo ser compartilhadas, remetem à individualidade, ou melhor, à ordem particular do sujeito.

Portanto, as formações imaginárias são uma maneira própria que os sujeitos têm de compreender (-se) e de representar o(s) outro(s).

O Interdiscurso

O que temos chamado aqui de ancestralidade discursiva, aquela que põe um discurso em relação de solicitude/filiação aos que o precederam, dá-nos uma ideia do que vem a ser o interdiscurso. A voz outra, de outro discurso, que se faz presente num dado discurso, acrescentando, modificando, atribuindo, atuando neste último como algo que veio também interpor sentidos, é um interdiscurso.

Numa perspectiva, o interdiscurso é da ordem do “pré-construído [que] corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica”. (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 164). Mas, noutra perspectiva, o interdiscurso remete à ordem do discurso-transverso. Assim,

o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”. (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 167 – grifos do autor)

Considerando isso, convém esclarecer que o intradiscurso compreende o “fio do discurso”/“fio do dizer”, ou seja, é uma referência a como se sucedem, na superfície linguística, as sequências que evocam o funcionamento do discurso. Assim, ele “se constitui como um eixo que tem o trabalho de juntar os sentidos, filtrar e colocá-los em funcionamento no discurso”. (CASTRO NETTO, 2012, p. 45)

Assim, é pelo interdiscurso, na acepção de discurso-transverso, que o interdiscurso, na acepção de pré-construído, vai consubstanciando-se em torno do intradiscurso para produzir sentidos outros no interior de um dado discurso. Dessa maneira, pode se conceber o funcionamento do interdiscurso como sendo uma conjugação de suas duas perspectivas. Isso, porque:

o interdiscurso é, perpetuamente, o lugar de um “trabalho” de reconfiguração no qual uma formação discursiva é levada, em função dos interesses ideológicos que ela representa, a absorver elementos *pré-construídos* produzidos fora dela, associando-os metonimicamente a seus próprios elementos por *efeitos-transversos* que os incorporam, na evidência de um novo sentido em que eles são “acolhidos” e fundados (com base em um novo terreno de evidências que os absorve) por meio do que chamamos um “retorno do saber ao pensamento”: em suma, um “trabalho” de unificação do pensamento, em que as subordinações se realizam ao se apagarem na *extensão* sinônima da paráfrase-reformulação. (PÊCHEUX, 1975/1997b, p. 278 – grifos do autor, em nota de rodapé)

Posto que o funcionamento do interdiscurso se dá por esse “retorno do saber ao pensamento”, cabe-nos, agora, compreender como se efetiva esse retorno, ou melhor, como se pode observar tal retorno, tomando por base um evento discursivo a ser analisado. Que elementos podem denunciar esse retorno e os efeitos de sentido dele derivados? Passamos a considerar a memória discursiva.

A Memória Discursiva

Numa abordagem pecheutiana, a memória discursiva compreende “a condição do legível em relação ao próprio legível.” (PÊCHEUX, 1999, p. 52) Ela vem a ser o elemento (ou a força) reconfigurador dos sentidos numa dada discursividade. É por sua atuação que os sentidos são chamados a fazerem-se presentes. Ela resgata-os de um esquecimento ao qual foram relegados - por parte dos sujeitos, dos discursos, da própria história. Resgata-os não a esmo ou por improviso circunstancial, mas por já estarem ali, velados, implícitos. Porque, uma vez inscritos numa dada formação discursiva, ganham um caráter de “perpetualidade” ou de “sobrevida” e, por mais que sejam silenciados por determinado tempo, podem vir-a-ser, novamente, diferentemente, vozes que dizem em novos discursos.

A memória discursiva é da ordem do interdiscurso, por isso “é sempre reconstruída na enunciação”. (ACHARD, 1999, p. 11) Afinal o que ela identifica é o retorno de um já dito, sob nova feição - discrepante ou consoante com a formação discursiva anterior, na qual uma dada regularidade observada se inscreva. Mas, conforme Pêcheux (1999, p 52) em alusão a Achard (1999), não se deve conceber a memória como um mero processo identificatório de estereótipos. E assim, convém situá-la

do lado, não da repetição, mas da regularização, então ela se situaria em uma oscilação entre o histórico e o linguístico, na sua suspensão em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre discursos em circulação. (ACHARD, 1999, p. 16)

Compreendemos que é nesse jogo de forças, na tentativa de acertar os sentidos, de apreendê-los, de dominar-lhes, que o sujeito pode contemplar o funcionamento da memória discursiva.

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 1999, p. 56)

Enfim, considerando isso, podemos afirmar que a memória discursiva não opera ingenuamente uma operação de ecolália. Mas, sobretudo, que se transforma a cada

acontecimento discursivo, ganhando mais em possibilidades de ressignificar, cumprindo talvez a tarefa de asseverar, mas, também, a tarefa de deslocar, desregular, contradizer, e de ser outra em outro discurso.

Dessa forma, a memória discursiva é condição *sine qua non* para a leitura das significações de nossos objetos, dos sentidos que a partir deles podem ser (re)construídos, para a investigação dos “cantos vazios” fartos de um sem número de sentidos que podem retornar sob a feição de um novo efeito.

Considerações finais

As breves anotações aqui registradas compreendem traços de um paradigma que, em seu espaço de fazer científico, não tenta apagar o sujeito a pretexto de conferir uma imparcialidade, uma força maior de ciência, uma verdade maior aos conhecimentos nele produzidos. Nele, as ciências inscritas assumem a existência de um sujeito nas construções de sentidos - porque o sujeito está sempre lá (e aqui) - e não perdem, por isso, seu estatuto de ciência. E, assim, interpelados pelo Mestre, arrebatados à condição de sujeito, inscritos nesse lugar teórico, marcado por nossa incompletude, continuamos na falta, na “falta que nos joga na busca pela natureza da significação dos sentidos”.

Referências Bibliográficas

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: _____. *O Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-22.
- CASTRO NETTO, M. I. *Novas Tecnologias na discursividade de ensino-aprendizagem de língua inglesa*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Estudos Linguísticos. Universidade Federal de Uberlândia- UFU, 2012.
- DOMINGUES, I. *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas*. 2ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- FIGUEIRA, L. F. B. *Atravessamentos polêmicos em estudos literários*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Estudos Linguísticos. Universidade Federal de Uberlândia-UFU, 2007.

CARVALHO, Juliano Araújo. Anotações de um aluno interpelado por seu mestre. Dossiê em homenagem ao Professor Dr. João Bôsko Cabral dos Santos. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 n 1, p. 41-60, 2019. (ISSN: 2317-1006 - online).

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). Trad. Eni P. Orlandi [et al.]. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1969/1997a.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. De Eni P. Orlandi. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975/1997b.

_____. O Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. *O Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999. P. 49-57.

PÊCHEUX, M & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. Péricles Cunha. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975/1997a. p. 163-252.

SANTOS, J. B. C. Uma reflexão metodológica sobre análise de discursos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004. p. 109-118.

_____. A instância enunciativa sujeitucional. *Linguística IN FOCUS*. Discursividades Contemporâneas. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 79-96.

Recebido em maio de 2019.

Aceito em julho de 2019.